

Trabalho apresentado no 21º CBCENF

Título: MORTALIDADE NEONATAL NO RIO GRANDE DO NORTE: UM INDICADOR DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Relatoria: ANA MAYARA GOMES DE SOUZA
Joycimara da Silva Sales de Medeiros
Tainara Lôrena dos Santos Ferreira

Autores: Dandara Rayssa Silva de Souza
Talita Araujo de Souza
Fábia Barbosa de Andrade

Modalidade: Pôster

Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: A mortalidade neonatal, apesar da redução nacional, ainda persiste como grave problema de saúde pública e desafio para gestores de saúde no Rio Grande do Norte, esta se subdivide em dois componentes: neonatal precoce e tardia. O monitoramento desse indicador epidemiológico, a partir de dados secundários, é uma estratégia oportuna que possibilita aos gestores um planejamento de qualidade e a efetividade de ações em saúde que transformem a realidade dessa população, fortalecendo assim o Sistema Único de Saúde e seus atores. **OBJETIVO:** Avaliar a mortalidade neonatal no estado do Rio Grande do Norte numa série histórica de 2005 a 2014, de modo a identificar se houve aumento ou uma redução dos óbitos e sua relação com a qualidade da assistência à saúde. **METODOLOGIA:** Estudo de série temporal e descritivo, com abordagem quantitativa baseado em dados secundários, de livre acesso, obtidos através da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz/Rio Grande do Norte na 5ª Unidade Regional de Saúde Pública, sendo alguns dados complementares extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Os dados foram organizados, armazenados e tratados no software Statistical Package for the Social Science (SPSS), versão 22.0, com número de série: 10101141047. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados demonstraram queda de 168 óbitos neonatais quando se compara o primeiro e o último ano avaliados. A média do coeficiente de mortalidade neonatal precoce e tardia diminuiu de 8,85 para 8,22. Essa redução, apesar de importante, não conseguiu atingir as metas propostas pelo país firmada em 2009, que propunha redução em até 5% das taxas nas regiões da Amazônia Legal e do Nordeste brasileiro até 2010.5 Assim, é de grande importância suscitar ações para o controle desse indicador, demandando também mobilização e priorização na agenda dos gestores da saúde. **CONCLUSÃO:** Faz-se necessário um melhor acompanhamento e atenção dos gestores e serviços de saúde do Rio Grande do Norte, considerando os agravos epidemiológicos, bem como os outros fatores sociodemográficos inerentes ao processo saúde-doença dessa população.